

MESA 3

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE

A DEMOCRACIA RETÓRICA: EXPROPRIAÇÃO, CONVENCIMENTO E COERÇÃO

Virgínia Fontes

VIRGÍNIA FONTES:

Gostaria de me desculpar previamente por não conseguir transferir para essa fala o conjunto das questões do texto. Vou tentar recuperar os temas principais do artigo. Primeiro: sociedade civil é lugar de lutas de classes. Sociedade civil não é angelical, onde só há pessoas boas, simpáticas e que querem o bem comum; também não é demoníaca, povoada de seres maldosos. Sociedade civil é luta pela organização e pela consciência, luta que se expressa através de diversas maneiras, pela cultura, pela sociabilidade, através de atividades diversas e que, apesar de peculiares, se relacionam com a totalidade da vida social, isto é, a forma pela qual se processam a produção e a reprodução do conjunto da vida social. O conceito de sociedade civil, segundo Gramsci, foi plasmado para entender as formas de organização das lutas sociais nas sociedades capitalistas avançadas – avançada aqui não quer dizer que todas nelas levam vida boa. Quer dizer que as formas de exploração do trabalho livre nessas sociedades já se converteram em forma geral da vida social e, portanto, a sociedade civil mantém, como lembra Gramsci, um pé no processo produtivo. São formas de organização da consciência e das vontades que se conectam e que atravessam o Estado. Não estão fora, mas no interior do Estado. Participam dele sob vários formatos. Esse é o primeiro ponto fundamental: as lutas de classe atravessam o conjunto da vida social, inclusive no âmbito da fala, da compreensão do mundo, dos significados e dos sentidos para a existência humana.

A segunda questão é a compreensão da atuação de certas entidades, as chamadas organizações não governamentais (ONGs) e, especificamente, a Associação Brasileira das ONGs (Abong). Elas tiveram papel relevante na década de 1980 e ainda cresceu muito na década de 1990. Apareciam na mídia com enorme

centralidade, mas simultaneamente perdiam peso relativo na mesma década de 1990, aplastradas pelas formas empresariais de associatividade. Não se deram conta disso e cumpriram um papel muito complicado no conjunto das lutas sociais.

Ora, capital não se reproduz a partir de si mesmo, pois é uma relação social cujo ponto de partida é a expropriação, ou a exploração da produção do trabalhador livre. A existência do capitalismo depende de multidões precisando vender a sua força de trabalho. Isto é capitalismo. A concentração dos meios de produção, que também está na origem histórica do capital, permite aos proprietários a utilização (exploração) dessa força de trabalho, de uma maneira cuja eficiência e eficácia (termos que foram usados à exaustão nos tempos contemporâneos) na extração de mais valor não têm paralelo nas sociedades anteriores. Quanto mais se expande essa concentração, quanto mais se acumula capital, mais se precisa expropriar a população. Capitalismo é um regime social de expropriação: expropriação da massa da população e, inclusive, de capitalistas, pois certos processos de centralização de empresas e de fusão são também formas de expropriação, mas entre capitalistas. Essa forma de vida social repousa sobre o trabalho formalmente livre, porém essa libertação significa a impossibilidade de viver, de existir, a não ser vendendo alguma mercadoria. Ora, a única mercadoria das grandes massas populares no Brasil e no mundo é a capacidade de trabalhar.

Essas considerações modulam a hipótese deste meu trabalho: a de que já há uns vinte anos vivemos numa democracia ou, mais precisamente, um estado de direito. Alguns autores, como Giorgio Agamben (*Estado de Exceção*. SP, Boitempo, 2003), consideram que, mundialmente, vivemos sob um estado de exceção... Consideraremos aqui como um estado pautado pelo direito, com processos eleitorais de cunho mercantil.

Gramsci analisou processos de democratização ou de expansão da sociedade civil que se traduziram por uma redução das formas de coerção e pelo aumento expressivo das formas de convencimento. Uma das características espantosas para o caso brasileiro, mais especificamente nos últimos 15 anos, é o aumento exponencial do grau de convencimento, em paralelo ao aumento da coerção e da violência social. Esse é o nosso desafio contemporâneo. Quando nos damos conta disso, percebemos que isso vem ocorrendo também na Europa, nos Estados Unidos e, com raras exceções, em boa parte dos países latino-americanos e do mundo.

No artigo, procuro entender que processos conduzem a esse resultado. A década de 1980 foi uma das mais ricas em lutas sociais na história do Brasil, só tendo equivalentes na década de 1920 e de 1950, da campanha “O petróleo é nosso” até a luta pelas reformas de base. Não foi apenas a luta pela reforma sanitária que nos toca de perto no âmbito da saúde. O SUS foi uma consequência – e que inclusive condensou uma série de lutas diversas – de um conjunto de lutas populares gigantescas. Eis

aqui a questão central de minha pesquisa: se a década de 1980 foi riquíssima em lutas sociais, como foi possível converter, transformar, deformar uma parcela expressiva dessas lutas de maneira que elas deixassem de ser a ponta de um processo de transformação e se convertessem em forma de adequação e de conformismo? Como embrião de resposta, considero que um dos modelos dessa conversão foi o realizado pela Força Sindical, mas precisamos ir além para pensar claramente sobre esse processo.

As grandes lutas da década de 1980 geraram (e consolidaram) o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento pela Reforma Sanitária, além de um volume enorme de entidades e de reivindicações sociais. Tais lutas eram ameaçadoras para as formas de dominação até então vigentes e tratou-se de conter a população, porém não mais sob um contexto ditatorial, mas de outro tipo. Sem entrar em detalhes, vale lembrar que quatro elementos se articulavam na virada para a década de 1990 e que eles constituem o pano de fundo, o contexto geral sob o qual ocorre o processo que analisamos:

- 1) a ascensão de lutas sociais e de organizações populares, no caso brasileiro;
- 2) a tendência ao predomínio de uma das frações do grande capital no Brasil na virada dos anos 80, que é o capital financeiro;
- 3) um impacto enorme do fim da União Soviética, que desarticula, desorganiza e, sobretudo, retira o horizonte de luta para uma boa parte daqueles trabalhadores;
- 4) uma pressão internacional do grande capital financeiro, que é também uma pressão interna, em razão da associação entre grandes capitais brasileiros e estrangeiros desde os anos 1950.

Antes de prosseguirmos, parênteses para esclarecer o que estou considerando como capital financeiro, posto ser tema mencionado em nosso Seminário, especialmente na mesa de ontem. Capital financeiro não se opõe a capital produtivo; capital financeiro é a unificação entre capitais de diversas origens (bancária, industrial, comercial), o que permite aprofundar diferentes maneiras de extrair mais-valor e do que resulta ainda maior aumento da concentração de capitais. Uma de suas características é que se apresenta como se fosse pura forma monetária. O capital financeiro não se contrapõe ao capital industrial e eventuais disputas entre eles devem ser compreendidas como rugas entre similares, entre capitalistas. A financeirização resulta do crescimento de todos os tipos de capital e expressa uma potenciação no porte e na capacidade de extrair mais valor. Trata-se, portanto, de uma concentração ainda maior da propriedade dos recursos sociais de produção, quer estes se apresentem diretamente como meios de produção, quer como formas monetárias capazes de agenciar esses mesmos meios de produção.

Agora podemos entender por que a Força Sindical figura como modelo de conversão das lutas populares em algo adequado ao grande capital monopolista e financeiro. A Central Força Sindical foi criada no início da década de 1990 (em 1991, mais precisamente), no governo Collor, contando com recursos patronais. O empresariado, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e de outras de suas organizações, auxiliou a criação de uma central sindical “de resultados”. Uma central sindical voltada não para organizar a luta dos trabalhadores contra a lógica do capital, mas para assegurar um compromisso “comum” entre patrões e empregados para a melhoria das relações entre capital e trabalho. Não ocorreu a proibição da CUT, mas a criação patronal de um sindicato concorrente, voltado para converter o que era luta em “negociação”. Portanto, trata-se de um processo que atingiu o cerne da organização dos trabalhadores. Não foi feito só pelos trabalhadores, mas envolveu uma parcela importante dos trabalhadores. Este ponto é importante, pois estamos tratando de lutas que são dinâmicas e que envolvem urgências severas (e algumas conquistas imediatas).

Existia uma parcela de trabalhadores que estava representada (ou que se considerava representada) num nível mais primário e imediato, basicamente na reivindicação de mais salários, que é uma reivindicação necessária, mas de cunho corporativo. O papel da Força Sindical foi, sobretudo, manter aqueles trabalhadores naquele nível de consciência e impedir que pensassem de maneira mais crítica. É normal que os trabalhadores se organizem para defender seus interesses corporativos, porém é dramático que entidades de trabalhadores sejam implantadas (com apoio patronal) para contê-los naquele nível e impedi-los de uma reflexão mais ampla.

No Seminário anterior, analisei o crescimento das entidades não governamentais (ou ONGs) ao longo da década de 1980, mostrando que já continha traços importantes voltados para modificar o perfil da militância, a qual passava a atuar em trabalhos pagos “serviço de”. É o que chamei de “filantropia mercantil” ou “mercantilização da filantropia”. Isso já significava um afastamento da reflexão em torno da totalidade da organização da vida social, do tema das classes sociais, para uma miríade de organizações pontuais que convertiam a política numa forma de “doação”.

Foi, entretanto, na década de 1990 que essas entidades alcançaram maior impacto e tiveram maior divulgação, sobretudo a partir de 1992, com a ECO-92 no Rio de Janeiro. Foi também quando se criou a Abong e ela passou a ser interlocutora importante para a formulação de políticas públicas.

Tanto a Abong quanto as ONGs são uma pequena ponta de um *iceberg*... E uma ponta que se derrete muito fácil. O que está abaixo desse *iceberg* é o que Lúcia Neves e o coletivo que coordena vêm trabalhando, que é uma nova “da hegemonia”. Trata-se de uma grande quantidade de entidades empresariais (e de redes que as coligam) que se apresentam como forma de organização de uma “nova” vida social.

Mas, ao longo da década de 1990, as entidades que se autointitulavam ONGs “com muito orgulho” defenderam uma “nova militância”, elogiaram o “apoliticismo” de sua organização (isto é, não deviam ter compromisso, a não ser com o movimento social específico “em nome do qual” falam, excluindo a relação com a totalidade), defenderam a redução drástica dos recursos destinados ao setor público para que elas próprias pudessem gerir esses recursos públicos em nome de sua maior eficiência (consideram-se mais “baratas” do que os gastos públicos) e de sua maior eficácia (sugerem que atingem melhor os “necessitados” ou o “público-alvo”). Portanto, em nome de uma lógica gerencial e gestora, o que elas fizeram foi argumentar e difundir que eram melhores gestoras do que a própria população organizada para lidar com os recursos do Estado. Foi essa a origem da expressão cunhada por Rubem César Fernandes, que defendia o “privado, porém público”, expressão que veio acoplada com a defesa – que ele também fez, na década de 1990 – do empresariamento das ONGs, ou seja, considerar as ONGs como empresas. Empresa de turismo, hotelaria, associações diversas etc.

Por isso, eu disse que os passos dados por essas ONGs transformaram a questão de classes em uma questão frouxa, gelatinosa, exatamente quando a sociedade civil nada mais tinha de gelatinosa: foi o passo da cidadania da miséria para a miséria da cidadania. O lema era uma cidadania pautada em “salvemos os pobres!”, “salvemos os miseráveis!”. O problema era a miséria. A miséria e a fome. O problema não era a forma como o mundo estava organizado; o problema não era a divisão em classes que permanentemente reproduz a miséria... Não havia qualquer horizonte além da urgência imediata de salvar... da miséria. Admito que a miséria é sempre urgente; ser contra a miséria é uma das nossas lutas, e parto sempre desse pressuposto. É preciso, entretanto, considerar a limitação de um ativismo pago que reduzia a cidadania à pura miséria, ao mesmo tempo que eliminava do horizonte toda e qualquer forma de luta mais consistente para transformar a própria produção social de miseráveis.

A atuação da Força Sindical e aquela empreendida pela Fiesp e pelo conjunto de entidades patronais diretamente empresariais no início da década de 1990 expressavam, inclusive num livro publicado pela Fiesp, chamado *Livre Para Crescer*, a lógica endossada e generalizada pelas ONGs com apoio governamental e da mídia: tratou-se de reduzir a democracia à pura gestão, eficiente e eficaz. As palavras que entraram na moda na década de 1990 e se mantêm no século XXI como palavrinhas mágicas e recorrentes são “gerência e gestão”. Gerência e gestão eficazes e eficientes de recursos, o que nada tem a ver com o atendimento de necessidades sociais. Portanto, se implantava em corações e mentes a relação entre custo e benefício como sendo a única relação humana digna de ser levada em consideração. Mas o problema dramático a rigor está na redução da humanidade a essa questão.

E isso leva a um terceiro ponto, que é o último. Essas entidades não governamentais, essas formas patronais de empreendedorismo em expansão, serão só uma forma filantrópica, só uma forma organizativa, ou são também formas de exploração da força de trabalho? A conclusão hoje que tendemos a chegar se expressa no título do último item do meu trabalho: “Cidadão pobre e voluntário oferece trabalho, sem direitos ou sob quaisquer condições”. O processo que alcançamos ao longo desses 18 anos, que vem do início dos anos 90 a 2008, é o crescimento gigantesco do número de trabalhadores totalmente sem direitos atuando nessas entidades ou através de trabalho “voluntário”. Trabalho voluntário, expressão retomada da luta socialista pela plena socialização entre os trabalhadores, passou a significar “eu preciso vender a minha própria força de trabalho de qualquer maneira, inclusive sem direito a salário”. O problema da gestão se torna ainda mais dramático quando ela é apresentada para o trabalhador como se fosse uma “autogestão” da sua própria força de trabalho. Novamente, da demanda socializante de que os trabalhadores, coletivamente, possam gerir os processos e os resultados de seu trabalho, isso continua sendo travestido sob o formato de “gestão” da própria necessidade, cada vez mais premente, de maneira inflexível. A flexibilidade, entretanto, é máxima sobre a forma de venda dessa mesma força de trabalho, cada vez mais desprovida de direitos. É isso, portanto, o que eu venho chamando de uma democracia retórica sob o signo da gestão, na qual se associam a violência do blindado policial (o “caveirão”) e o convencimento em grande escala, em todos os níveis da sociedade.